

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL Nº 001/2022 – CMDCA DIVULGA A ABERTURA DE PROCESSO DE ELEIÇÃO SUPLEMENTAR PARA ESCOLHA DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR PARA O PERÍODO DE CONCLUSÃO DO QUADRIÊNIO 2020/2023

EDITAL Nº 001/2022 – CMDCA

DIVULGA A ABERTURA DE PROCESSO DE ELEIÇÃO SUPLEMENTAR PARA ESCOLHA DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR, PARA O PERÍODO DE CONCLUSÃO DO QUADRIÊNIO 2020/2023,

CONFORME LEI FEDERAL Nº 8.069/1990, LEI MUNICIPAL Nº 665/2021 E RESOLUÇÃO Nº 170/2014 - CONANDA

Tornamos pública, para conhecimento da sociedade e dos interessados, a abertura de inscrições para o Processo Eleitoral Suplementar para Escolha dos membros do Conselho Tutelar, para conclusão do quadriênio 2020/2023 do Município de São José das Palmeiras-PR, sendo o 1º (primeiro) mais votado titular e, os 5 (cinco) seguintes suplentes, a ser conduzido na forma da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), da Lei Municipal nº 665 /2021 (Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e da Resolução nº 170/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A condução do Processo de Escolha Suplementar dos membros do Conselho Tutelar, para a conclusão do quadriênio 2020/2023 do Município de São José das Palmeiras-PR, observada a legislação invocada no preâmbulo deste Edital, será conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deste Município – CMDCA, por meio da Comissão do Processo Eleitoral, designada pela Resolução do CMDCA nº 07 de 02 de dezembro de 2021, alterada pela resolução nº 02 de 27 de janeiro de 2022 e com apoio da Justiça Eleitoral e do Ministério Público.

1.2 A Comissão do Processo Eleitoral terá a seguinte composição:

Presidente: Alexandra Nunes Marafiga - Conselheira Governamental;

Eronises Fernandes da Silva - Conselheiro Governamental;

Dgêssica Caroline Niederle - Conselheira Governamental;

Eni Nery Pletsch - Conselheira Não Governamental;

Maria de Fátima Faria - Conselheira Não Governamental;

Mirian Sirlei Schaurich Marques - Não Governamental;

Secretária: Dulcinéia Cristina Lima - Conselheira Governamental.

1.3. O Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar será desenvolvido de acordo com as seguintes fases:

a) Inscrições, sujeitas a homologação;

b) Avaliação psicológica, de caráter eliminatório;

c) Eleição, de caráter classificatório.

1.4. As peculiaridades inerentes a cada uma das fases acima pontuadas serão tratadas em capítulos próprios.

2. DO CONSELHO TUTELAR

2.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na legislação própria.

2.2. O Conselho Tutelar é composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, mediante Processo de Escolha, observadas as regras contidas na legislação de regência e no presente Edital.

2.3. Aos respectivos membros cabe exercer, de forma colegiada, as atribuições elencadas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/1990, com observância aos direitos, deveres, prerrogativas e vedações constantes daquela Lei e da Lei Municipal nº 665/2021, sem prejuízo do cumprimento de outras atribuições e competências outorgadas ao órgão pelo ordenamento jurídico pátrio, dentre as quais:

a) atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII do ECA;

b) atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII do ECA;

c) promover a execução de suas decisões, podendo para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; e representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

d) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

e) encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

f) providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, do ECA, para o adolescente autor de ato infracional;

g) expedir notificações;

h) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

i) assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

j) representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

k) representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;

l) promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

3. DAS VAGAS, REMUNERAÇÃO, REGIME E JORNADA DE TRABALHO

3.1. O presente Processo de Escolha tem por objetivo o provimento imediato de 01 (uma) vaga ao cargo de Conselheiro Tutelar, mais formação de lista de suplentes, para a conclusão do quadriênio 2020/2023.

3.2. Os suplentes serão convocados pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA para assumir no caso de férias dos titulares, vacância, licença para tratamento de saúde que exceda trinta dias e licença maternidade.

3.3 Os conselheiros tutelares suplentes serão remunerados proporcionalmente ao período de efetivo exercício da função.

3.4 O membro do Conselho Tutelar é segurado obrigatório da Previdência Social, na condição de contribuinte individual, na forma prevista pelo art. 9º, § 15, inciso XV, do Decreto Federal nº 3.048/1999.

3.5 O Cargo de Conselheiro Tutelar é de dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função pública ou privada.

3.6. A remuneração do Conselheiro Tutelar será de R\$ 2.005 (dois mil e cinco reais). (Art. 72 parágrafo § 2º da Lei Municipal 665/2021).

3.7. Além da remuneração, o Conselheiro Tutelar fará jus a:

a) Cobertura previdenciária;

- b) Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- c) Licença maternidade;
- d) Licença paternidade;
- e) Gratificação natalina.

3.8. O Conselho Tutelar funcionará de segunda a sexta feira, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas e obedecerá ao regime de dedicação integral. (Art.35, caput, da Lei Municipal nº 665/2021).

Inciso I - Haverá escala de plantão e sobreaviso no horário de almoço, e noturno, a ser estabelecida pelo seu colegiado, todos os dias da semana. (art 35 da Lei Municipal nº 665/2021).

Haverá escala de sobreaviso para atender eventual necessidade de falta do Conselheiro escalado para o plantão: Atestado médico e Atendimento de outra ocorrência.

3.9 Se o eleito para o Conselho Tutelar for servidor público municipal ocupante de cargo efetivo, poderá optar entre a remuneração do cargo de Conselheiro Tutelar ou o valor de sua remuneração, ficando-lhe garantidos o retorno ao cargo para o qual foi aprovado em concurso, quando findado o seu mandato de Conselheiro Tutelar e a contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 A inscrição deverá ser realizada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Rua 07 de Setembro nº 01 nos dias úteis de 07 à 18 de fevereiro de 2022, das 08:30 h as 12:00h e das 13:30 as 17:00h.

4.2. Para inscrever-se no Processo de Escolha, o candidato deverá apresentar cópias autenticadas ou simples (para autenticação no ato da entrega, à vista dos originais, por servidor público municipal) de documentos para prova de atendimento aos seguintes requisitos (art. 50, I a VI, da Lei Municipal nº 665/2021):

| REQUISITOS | DOCUMENTOS |
|--|---|
| Ser maior de 21 (vinte e um) anos de idade | Cédula ou Carteira de Identidade expedida por autoridade civil, profissional ou militar, dentro do prazo de validade, quando houver |
| Ter reconhecida idoneidade moral | - Certidão negativa para fins de antecedentes criminais, das Justiças Estadual e Federal, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias, contados da data da inscrição; |
| Residir no Município há, no mínimo, 02 (dois) anos e comprovar domicílio eleitoral | - Dois comprovantes de residência (água, luz, telefone fixo, IPTU, contrato de locação), sendo um atualizado e outro expedido, no mínimo, com data anterior a 2020, ou - Declaração escolar dos filhos ou do próprio candidato que comprove residência no município, no último ano. - Título de eleitor |
| Estar no gozo de seus direitos políticos | Certidão de quitação Eleitoral Preenchimento de declaração, conforme anexo II do presente Edital. |
| Ter concluído o Ensino Médio ou Superior | Apresentar no momento da inscrição, diploma, certificado ou declaração de conclusão de ensino médio. |
| Não ter sido penalizado com a destituição de cargo de Conselheiro Tutelar | Certidão emitida pelo CMDCA deste Município e dos locais onde o candidato haja residido nos últimos 05 (cinco) anos |
| | Duas (02) fotos 3x4, coloridas e atualizadas |

4.3. O formulário de inscrição (anexo I) deverá ser preenchido pelo candidato, assinado e protocolizado, junto ao CMDCA na Rua 07 de setembro nº 01, na Secretaria Municipal de Assistência Social, até a data limite prevista no item 4.1 deste Edital, devidamente instruída com os documentos mencionados no item 4.2.

4.4. Por ocasião da inscrição, cada candidato poderá registrar, além do nome, um codinome.

4.4.1. Não poderá haver registro de codinomes iguais, prevalecendo o codinome do primeiro candidato a efetuar a sua inscrição.

4.5 A Comissão do Processo Eleitoral, no prazo de 15 (quinze) dias contados do término do período de inscrição de candidaturas, homologará as inscrições que observarem todos os requisitos do artigo 50 da Lei Municipal nº 665/2021, publicando edital com a relação dos nomes dos candidatos considerados habilitados e dando ciência ao Ministério Público.

4.6. Com a publicação do Edital de homologação das inscrições será aberto prazo de 05(cinco) dias para a impugnação dos candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, a qual poderá ser realizada por qualquer cidadão, indicando os elementos probatórios.

4.6.1. Caso o candidato sofra impugnação será intimado para que em, em 05 (cinco) dias, contados da data da publicação, apresente defesa.

4.6.2. Decorrido o prazo do parágrafo anterior, a Comissão do Processo Eleitoral decidirá em 03 (três) dias, dando ciência pessoal da decisão ao candidato impugnado, ao Ministério Público, e publicando sua decisão no Diário Oficial do Município.

4.6.3. Da decisão da Comissão do Processo Eleitoral caberá recurso à Plenária do CMDCA, composta por, no mínimo, 2/3 de seus membros, no prazo de 03 (três) dias, que designará reunião extraordinária e decidirá, em igual prazo, em última instância, dando ciência pessoal ao candidato impugnado e ao Ministério Público e publicando sua decisão no Diário Oficial do Município.

4.6.4. O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA ou servidor municipal ocupante de cargo em comissão que pretenda concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar deverá requerer o seu afastamento no ato da inscrição.

5. DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

5.1. Os candidatos considerados habilitados serão submetidos a avaliação psicológica, de caráter eliminatório.

5.2. A avaliação psicológica, de caráter eliminatório, é parte integrante do Processo de Escolha, conforme preconiza o art. 48, inciso II, da Lei Municipal nº 665/2021.

5.3. Para efeitos deste Edital, considera-se avaliação psicológica o processo realizado mediante o emprego de um conjunto de procedimentos científicos de uso exclusivo do psicólogo, que permite identificar aspectos psicológicos do candidato compatíveis com as atribuições e perfil da função pública Conselheiro Tutelar.

5.4. A avaliação psicológica será realizada em local e data a serem especificados em edital oportuno, veiculado no Diário Oficial do Município.

5.5. A avaliação será conduzida por psicólogo previamente designado, regularmente inscrito no Conselho Regional de Psicologia, e consistirá na aplicação individual ou coletiva de bateria de testes psicológicos, validados e aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, em conformidade com os termos da Resolução CFP nº 002/2016.

5.6. O teste psicológico é compreendido como uma medida e padronização de uma amostra representativa do comportamento, cuja objetividade está relacionada à aplicação, avaliação e interpretação dos resultados, e serão conduzidos pelo aplicador de forma objetiva e impessoal, conforme padronização de uniformidade estabelecida estatisticamente por normas científicas, conforme respectivos manuais.

5.7. Os instrumentos utilizados para avaliar o perfil psicológico do candidato e verificar sua capacidade de adaptação e seu potencial de desempenho serão definidos segundo parâmetros abaixo estabelecidos para o perfil psicológico (Anexo IV) para o desempenho da função pública de Conselheiro Tutelar.

5.8. A partir da avaliação psicológica, deverão estar classificados na média ou abaixo da média os requisitos:

- a) ansiedade;
- b) depressão;
- c) vulnerabilidade;
- d) impulsividade.

E na média ou acima da média os requisitos:

- a) controle emocional;
- b) autodisciplina;
- c) ordem;
- d) senso de dever;
- e) competência;
- f) autoconfiança;
- g) assertividade;
- h) empatia;
- i) sensibilidade;
- j) acolhimento;
- k) reflexão;
- l) ponderação.

5.9. Para efeito de aferição dos requisitos psicológicos serão consideradas características:

- a) impeditivas: ansiedade alta, depressão alta, vulnerabilidade alta, impulsividade alta, controle emocional baixo;
- b) prejudiciais: sensibilidade baixa, autodisciplina baixa, acolhimento baixo, reflexão baixa, empatia baixa e ponderação baixa;
- c) indesejáveis: ordem baixa, assertividade baixa, autoconfiança baixa, senso de dever baixa, competência baixa.

5.10. Será considerado INAPTO o candidato que obtiver um dos critérios abaixo estabelecidos:

- a) duas ou mais características impeditivas;
- b) uma característica impeditiva, duas prejudiciais e duas indesejáveis;
- c) uma característica impeditiva, uma prejudicial e três indesejáveis;
- d) três características prejudiciais e duas indesejáveis;
- e) duas características prejudiciais e três indesejáveis;
- f) uma característica impeditiva e quatro prejudiciais;
- g) uma característica impeditiva e quatro indesejáveis.

5.11. O resultado na avaliação psicológica será obtido por meio da análise de todos os instrumentos psicológicos utilizados, considerando os critérios estabelecidos, a culminar num dos conceitos abaixo:

- a) APTO: significa que o candidato apresentou, na época da aplicação dos métodos e técnicas da avaliação psicológica, o perfil psicológico compatível com a descrição das atribuições do cargo;
- b) INAPTO: significa que o candidato não apresentou na época da aplicação dos métodos e técnicas da avaliação psicológica, o perfil psicológico compatível com a descrição das atribuições do cargo.

5.12. A classificação INAPTO não significará, necessariamente, incapacidade intelectual ou existência de transtornos de personalidade; indicará apenas que o candidato não atendeu aos requisitos para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo pretendido.

5.13. Será eliminado do Processo de Escolha o candidato considerado INAPTO na avaliação psicológica ou que não tenha sido avaliado em razão do não comparecimento na (s) data (s) e horário (s) estabelecidos em Edital, assim como, não ter comparecido pessoalmente na data e horários agendados para ciência do resultado.

5.14. Será assegurado ao candidato considerado INAPTO na avaliação psicológica conhecer as razões que determinaram a sua inaptidão, bem como a possibilidade de interpor recurso, no prazo de 03 (três) dias, contados da ciência do resultado, valendo-se do formulário próprio (Anexo III).

5.15. Não haverá nova avaliação, por qualquer razão, dos candidatos considerados INAPTOS.

5.16. Para conhecimento das razões de sua inaptidão, será realizado o procedimento denominado entrevista devolutiva, de caráter pessoal e intransferível. A entrevista devolutiva terá unicamente a finalidade de informar ao candidato do motivo de sua inaptidão ao propósito do Processo de Escolha, não sendo, em hipótese alguma, considerada como recurso ou nova oportunidade de realização do teste, tampouco altera o resultado da avaliação psicológica.

5.17. O candidato APTO avançará à fase seguinte.

6. DAS ELEIÇÕES

6.1. Os membros do Conselho Tutelar serão eleitos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores com domicílio eleitoral no Município de São José das Palmeiras, em eleição coordenada pela Comissão do Processo Eleitoral do CMDCA, com apoio do Ministério Público e da Justiça Eleitoral.

O Processo de Escolha Suplementar dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 25 de abril de 2022, no horário compreendido entre as 08:00 as 17h.

6.2. Os candidatos aprovados nas fases anteriores (inscrição homologada; e obtenção do conceito APTO na avaliação psicológica) estarão aptos a submeterem-se ao processo de eleição.

6.3. Somente poderão votar os eleitores do Município que possuírem mais de 16 (dezesseis) anos de idade e estiverem com a situação regular perante a Justiça Eleitoral.

6.4. O eleitor poderá votar em apenas 01 (um) candidato.

6.4.1. No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado.

6.5. Em cada local de votação será permitida a presença de 01(um) único representante por candidato ou dele próprio.

6.6. Durante a campanha a propaganda eleitoral deverá observar as diretrizes constantes da Resolução CMDCA nº 001/2022 (Anexo V).

6.7. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação.

6.8. No dia da eleição são terminantemente proibidos o transporte de eleitores e a "boca de urna" pelos candidatos e/ou seus prepostos.

6.9. É vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

6.10. Em reunião própria, a Comissão do Processo Eleitoral dará conhecimento formal das regras de campanha a todos os candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las e que estão cientes e acordes que sua violação importará na exclusão do certame ou cassação do diploma respectivo.

- 6.11. A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura do candidato responsável
- 6.12. Para organização das eleições, o CMDCA adotará, tempestivamente, as medidas elencadas no art. 59, §§ 1º a 5º, da Lei Municipal nº 665/2021.
- 6.13. Encerrada a votação, proceder-se-á a contagem dos votos e a apuração sob a responsabilidade da Comissão do Processo Eleitoral, com o apoio da Justiça Eleitoral e fiscalização do Ministério Público.
- 6.14. Serão admitidas impugnações à contagem dos votos, devendo o impugnante manifestar tal intenção à Comissão do Processo Eleitoral imediatamente após o encerramento da apuração, apresentando, desde logo, seus fundamentos. A decisão caberá à própria Comissão do Processo Eleitoral, que deverá decidir a impugnação no prazo de 03 (três) dias, pelo voto majoritário de seus componentes. Da decisão caberá recurso, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), contados da intimação do impugnante do teor da decisão, ao CMDCA, que decidirá em 03 (três) dias, com ciência ao Ministério Público.
- 6.15. Os candidatos poderão fiscalizar, pessoalmente ou por intermédio de fiscal previamente cadastrados e credenciados, a recepção e apuração dos votos.
- 6.16. Em cada local de votação será permitida a presença de 01 (um) único representante por candidato ou dele próprio.
- 6.17. No local da apuração dos votos será permitida a presença do representante do candidato apenas quando este tiver que se ausentar.
- 6.18. A Comissão do Processo Eleitoral manterá registro de eventuais intercorrências do processo eleitoral, lavrando ata própria.
- 6.19. Concluída a apuração dos votos e decididos os eventuais recursos, o CMDCA proclamará o resultado, providenciando a publicação em Diário oficial do Município dos nomes dos candidatos votados, com o número de votos que cada um recebeu.
- 6.19.1. Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com mais idade.

7. DA POSSE

- 7.1. Os Conselheiros Tutelares serão eleitos para conclusão do quadriênio 2020/2023, tomando posse no dia 16 maio de 2022.
- 7.2. O Conselheiro Tutelar eleito como titular para suprir a vaga em vacância e os 05 (cinco) primeiros suplentes, deverão participar do processo de capacitação/formação continuada relativa à legislação específica às atribuições do cargo e dos demais aspectos da função, promovida pelo CMDCA antes da posse, com frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento).
- 7.2.1. Na medida do possível e havendo necessidade, serão ampliadas as vagas para capacitação de demais suplentes.
- 7.3. O conselheiro que não atingir a frequência mínima ou não participar do processo de capacitação, não poderá tomar posse, devendo ser substituído pelo suplente eleito que tenha participado da capacitação/formação continuada, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação.
- 7.4. O conselheiro reeleito ou que já tenha exercido a função de Conselheiro Tutelar em outros mandatos, também fica obrigado a participar do processo de capacitação/formação continuada, considerando a importância do aprimoramento continuado e da atualização da legislação e dos processos de trabalho.
- 7.5. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar cônjuges, conviventes em união estável, inclusive quando decorrente de união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral, ou por afinidade até o 3º grau.
- 7.5.1. Estende-se o impedimento ao Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício nesta Comarca.
- 7.6. Os Conselheiros Tutelares eleitos serão diplomados e empossados pelo CMDCA, com registro em ata e nomeados pelo Prefeito Municipal, com publicação no Órgão Oficial do Município.
- 7.7. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

8. DA VALIDADE DO PROCESSO ELEITORAL

- 8.1. O processo eleitoral terá validade para o mandato referente a conclusão do quadriênio 2020/2023 do Município de São José das Palmeiras-PR,

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação das condições do processo seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 9.2. As afirmações incorretas ou irregularidades nos documentos, verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da investidura, acarretarão a nulidade da inscrição, com todas as implicações legais, sem prejuízo de responsabilização civil, criminal e/ou administrativa.
- 9.3. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, desde a inscrição até a publicação dos resultados finais, junto ao CMDCA.
- 9.4. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito.
- 9.5. Os casos omissos resolver-se-á a questão pelo voto da maioria absoluta dos membros do CMDCA, ouvida a Comissão do Processo Eleitoral, o candidato interessado e o Ministério Público, facultando-se ao CMDCA a submissão do caso concreto à análise da Procuradoria Geral do Município.

São José das Palmeiras, 03 de fevereiro de 2022.

ALEXANDRA NUNES MARAFIGA

Presidente Do CMDCA

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

| | |
|---|--------------------------|
| Nome completo: | Estado Civil: |
| RG: | CPF: |
| Data de nascimento: | Título de eleitor: |
| Profissão: | Filiação: |
| Gênero: | E-mail: |
| Endereço: | Cidade: |
| Necessidades especiais? () Não () Sim Especifique: | Assinatura do candidato: |
| Documentos anexos: | |

Sr.(a) Candidato(a): Atenção para o rol de documentos que devem acompanhar a ficha de inscrição, conforme item 4.2 do Edital.

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE PLENO GOZO DOS DIREITOS POLÍTICOS E CIVIS

Eu, _____, RG _____, CPF _____, DECLARO estar em pleno gozo dos meus direitos políticos, bem como que não fui condenado em processo civil ou criminal por prática de crimes contra a Administração Pública, capitulados no Título XI, da Parte Especial, do Código Penal Brasileiro, na Lei Federal nº 7.492/1986 e na Lei Federal nº 8.429/1992.

Estou ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e por ele responderei, independentemente das sanções administrativas, caso se comprove a não veracidade do declarado neste documento.

São José das Palmeiras, ____ de _____ de 2022.

Declarante

ANEXO III
FORMULÁRIO DE RECURSOS

| | |
|---|-----------------------------|
| NOME: | |
| RECURSO EM FACE DE: <input type="checkbox"/> Indeferimento de inscrição <input type="checkbox"/> Homologação de inscrição <input type="checkbox"/> Avaliação psicológica <input type="checkbox"/> Contagem de votos <input type="checkbox"/> Outros: _____ | INFORMAR DOCUMENTOS ANEXOS: |
| JUSTIFICATIVA E PEDIDO: | |

Recorrente

ANEXO IV
PERFIL PSICOLÓGICO

De acordo com as peculiaridades, atribuições e responsabilidades do cargo de Conselheiro Tutelar, espera-se que o perfil psicológico do candidato se amolde aos parâmetros abaixo destacados:

- A ansiedade dentro dos padrões normais é uma resposta à frente de eventos estressores. No entanto, diante da complexidade das funções do Conselheiro Tutelar, um alto nível de ansiedade poderá afetar o desenvolvimento das atividades inerentes à função.
- O Conselheiro Tutelar, na execução de suas atribuições, estará lidando diariamente com situações de violações de direitos nas mais diversas formas de violência, considera-se, portanto, que é imprescindível que o ocupante da referida função possua energia física e psicológica para lidar com tais situações, sendo assim, deverá apresentar baixo nível de depressão.
- Considerando que o Conselheiro Tutelar lida constantemente com situações de forte impacto emocional, o candidato à função necessita baixo nível de vulnerabilidade para não comprometer suas ações, bem como, para assegurar a própria saúde mental.
- Acompanhar e propor medidas de proteção adequadas a cada situação, com o objetivo de proteger crianças e/ou adolescentes em situação de violação de direitos são funções inerentes ao cargo de Conselheiro Tutelar. Portanto, o candidato à referida função deverá ter baixa impulsividade, evitando, assim, ações que possam comprometer a efetividade do trabalho.
- Diante de algum estímulo negativo ou desconforto emocional, é imprescindível que o profissional tenha controle emocional para evitar comprometer o desenvolvimento do trabalho, buscando sempre a proteção de criança e/ou adolescente atendido.
- As tarefas devem ser planejadas e executadas com autodisciplina, a fim de atingir o objetivo proposto.
- A existência de ordem, que se configura na organização, planejamento e execução, faz-se necessária devido às múltiplas atribuições e à grande demanda de atendimento.
- O senso de dever do Conselheiro Tutelar deverá pautar-se nos preceitos éticos, legais e nos valores da sociedade.
- Para desenvolver as atividades administrativas, educativas e assistenciais, o Conselheiro Tutelar fundamentar-se-á na sua competência.
- Autoconfiança é necessária para proporcionar suporte nas ações cotidianas, confiando em seus recursos com convicção de estar agindo conforme determinações legais.
- O Conselheiro Tutelar deverá ter capacidade de se posicionar com assertividade diante das situações rotineiras ou excepcionais.

- A empatia se faz necessária para atender de forma humanizada a criança e o adolescente, bem como suas respectivas famílias.
- A sensibilidade contribui para desenvolver o cuidado de forma integral.
- O acolhimento favorece a adesão das famílias às orientações e acompanhamentos do Conselheiro Tutelar.
- Para não agir de modo precipitado, podendo causar danos a si e/ou a outrem, o Conselheiro Tutelar deverá tomar decisões amparado na reflexão.
- O Conselheiro Tutelar deve ponderar seus procedimentos diante de circunstâncias que possam desencadear comportamento inadequados ou ineficientes.

ANEXO V DAS CONDUTAS VEDADAS

Durante o Processo de Escolha, os candidatos e respectivos fiscais deverão observar as regras constantes da Resolução CMDCA nº 001/2022, abaixo reproduzida:

RESOLUÇÃO CMDCA nº 001 / 2022

Dispõe sobre as condutas vedadas aos(às) candidatos(as) e respectivos(as) fiscais durante o Processo de Escolha dos Membros do(s) Conselho(s) Tutelar(es) e sobre o procedimento de sua apuração.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) do Município de São José das Palmeiras, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 665/2021, de 12 de novembro de 2021, bem como pelo art. 139 Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pelo art. 7º, da Resolução CONANDA nº 170/14, que lhe conferem a presidência do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar e,

Considerando que o art. 7º, §1º, letra “c”, da Resolução CONANDA nº 170/14, dispõe que à Comissão Eleitoral do CMDCA cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos(às) candidatos(as) a membros do(s) Conselho(s) Tutelar(es);

Considerando, ainda, que o art. 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução CONANDA nº 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Eleitoral do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como resolver os casos omissos,

RESOLVE:

ART. 1º - A campanha dos(as) candidatos(as) a membros do Processo de Escolha Suplementar do Conselho Tutelar é permitida somente após a publicação da lista final dos(as) candidatos(as) habilitados(as) no Processo de Escolha e será encerrada a meia noite da véspera do dia da votação.

ART. 2º É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

ART. 3º - Serão consideradas condutas vedadas aos(às) candidatos(as) devidamente habilitados ao Processo de Escolha Suplementar dos membros do Conselho Tutelar de 2022 e aos seus prepostos:

- Da Propaganda
 - oferecer, prometer ou solicitar dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;
 - perturbar o sossego público, com algazarra ou abusos de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;
 - fazer propaganda por meio de impressos ou de objeto que pessoa inexperiente ou rústica possa confundir com moeda;
 - prejudicar a higiene e a estética urbana ou desprezar posturas municipais ou que impliquem qualquer restrição de direito;
 - caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;
 - fazer propaganda de qualquer natureza, que for veiculada por meio de pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum (clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, ainda que de propriedade privada), inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos;
 - colocar propaganda de qualquer natureza em árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes causem dano;
 - fazer propaganda mediante outdoors, sujeitando-se a empresa responsável e candidatos(as) à imediata retirada da propaganda irregular.
- Da campanha para a Escolha
 - a.) confeccionar, utilizar ou distribuir por comitê, candidato(a) ou com a sua autorização, camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cesta básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao(à) eleitor(a);
 - b.) realizar showmício e evento assemelhado para promoção de candidatos(as), bem como apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião de campanha;
 - c.) utilizar trios elétricos em campanha;
 - d.) usar símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista;
 - e.) efetuar qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para a veiculação de propaganda em bens particulares, cuja cessão deve ser espontânea e gratuita;
 - f.) contratar ou utilizar, ainda que em regime de voluntariado, de crianças e adolescentes para distribuição de material de campanha em vias públicas, residências de eleitores e estabelecimentos comerciais.
- No dia do Processo de Escolha

- usar alto-falantes e amplificadores de som ou promover comício ou carreta;
- arregimentar eleitor ou fazer propaganda de boca de urna;
- até o término do horário de votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;
- fornecer aos(as) eleitores(as) transporte ou refeições;
- doar, oferecer, prometer ou entregar ao(a) eleitor(a), com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro de candidatura até o dia da eleição, inclusive (captação de sufrágio);
- padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário dos(as) seus(suas) respectivos(as) fiscais.

•Das Penalidades

ART. 4º - O desrespeito às regras apontadas no art. 3º desta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o(a) candidato(a) passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

•Do Procedimento de Apuração das Condutas Vedadas

ART. 5º - Qualquer cidadão ou candidato(a) poderá representar à Comissão Eleitoral do CMDCA contra aquele(a) que infringir as normas estabelecidas por meio desta Resolução, instruindo a representação com provas ou indícios de provas da infração.

ART. 6º - No prazo de até 03 (três) dias contados do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Eleitoral do CMDCA deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao(a) infrator(a) para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Parágrafo único - O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de ofício pela Comissão Eleitoral do CMDCA, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

ART. 7º - A Comissão Eleitoral do CMDCA poderá, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa:

I - arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se pessoalmente o representado e o representante, se for o caso;

II - determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo para defesa (art. 11, § 3º, inciso II, da Resolução CONANDA nº 170/14).

§ 1º - No caso do inciso II supra, o representante será intimado pessoalmente a, querendo, comparecer à reunião designada e efetuar sustentação, oral ou por escrito, à luz das provas e argumentos apresentados pela defesa;

§ 2º - Após a manifestação do representante, ou mesmo na ausência deste, será facultado ao representado a efetuar sustentação, oral ou por escrito, por si ou por defensor constituído;

§ 3º - Eventual ausência do representante ou do representado não impedem a realização da reunião a que se refere o inciso II supra, desde que tenham sido ambos notificados para o ato.

ART. 8º - Finalizada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o(a) representado(a) e, se o caso, o(a) representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Parágrafo único - A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/14);

ART. 9º - Caso seja cassado o registro da candidatura, em havendo tempo hábil, o nome do candidato cassado será excluído da cédula eleitoral ou da programação da urna eletrônica.

Parágrafo único - Em não havendo tempo hábil para exclusão do nome do candidato cassado da cédula eleitoral ou da programação da urna eletrônica, os votos a ele porventura creditados serão considerados nulos.

ART. 10 - O(A) representante do Ministério Público, tal qual determina o art. 11, § 7º, da Resolução CONANDA nº 170/14, deverá ser cientificado de todas as decisões da Comissão Eleitoral do CMDCA e de sua Plenária, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

ART. 11 - Os prazos previstos no art. 4º seguirão a regra do art. 172 do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 5.869, de 11/01/1973), ou seja, realizar-se-ão em dias úteis, das 06 (seis) às 20 (vinte) horas.

•Da Publicidade desta Resolução

ART. 12 - Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos(as), ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município ou meios equivalentes, além de ser afixada em locais de grande acesso ao público e noticiada em rádio, e outros meios de divulgação, inclusive e se possível, pela internet.

ART. 13 - A fim de que os(as) candidatos(as) não aleguem desconhecimento do teor desta Resolução, a Comissão Eleitoral do CMDCA fará reunião com eles(as) em 02 (dois) momentos do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar:

•antes do início da campanha, tão logo seja publicada a relação dos(as) candidatos(as) inscritos(as) e considerados(as) habilitados(as) - art. 11, §§ 5º e 6º, da Resolução CONANDA nº 170/14;

•na véspera do dia da votação.

Parágrafo único - Em cada uma dessas reuniões, será lavrado Termo de Compromisso, assinado por todos(as) candidatos(as) e Membros do Conselho Tutelar e integrantes da Comissão Eleitoral, no sentido de que as regras previstas nesta Resolução serão devidamente respeitadas, sob pena de impugnação da candidatura (art. 11, §6º, inciso I, da Resolução CONANDA nº 170/14).

ANEXO VI
CRONOGRAMA

| ETAPA | DATA |
|--|----------------------|
| Publicação do Edital | 04 de fevereiro |
| Período de Inscrição | 07 a 18 de fevereiro |
| Publicação da relação das inscrições homologadas | 03 de março |
| Publicação Final da relação das inscrições homologadas | 24 de março |
| Publicação de Edital de convocação dos candidatos para a avaliação psicológica | 25 de março |
| Publicação de Edital dos candidatos aptos para a eleição | 11 de abril |
| Campanha eleitoral | 11 a 24 de abril |
| Eleição | 25 de abril |
| Publicação do Edital final da eleição | 05 de maio |
| Publicação de Edital de convocação dos conselheiros eleitos e suplentes para a capacitação | 09 de maio |
| Capacitação | 11 de maio |
| Posse dos membros titulares | 16 de maio |

Publicado por:
Fernanda Souza Pereira
Código Identificador:00C8BC09

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 04/02/2022. Edição 2449
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>